

## UM DISCURSO SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO: ANÁLISE FOUCAULTIANA EM TORNO DE BUÑUEL

### A DISCOURSE ON THE BRAZILIAN STUDENT MOVEMENT: FOUCAULDIAN ANALYSIS AROUND BUÑUEL

*Priscila Canova MOTTA\**  
*Nádea Regina GASPAR\*\**

Manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia... **É próprio dos jovens se manifestarem** (Dilma Rousseff, sobre as manifestações estudantis do passe livre, em entrevista à Folha de S. Paulo, no dia 18/03/2013, grifo nosso).

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é o de compreender, por meio dos postulados “arqueologia”, “historicidade”, “práticas discursivas”, “sujeito, saber e poder”, de Michel Foucault, alguns discursos de cunho oficiais e científicos sobre os movimentos estudantis ocorridos em 1968 e 1992, no Brasil, traçando relações entre eles e o filme “O Discreto Charme da Burguesia”, de Luis Buñuel (1972).

**Palavras-chave:** Foucault; Buñuel; Movimento estudantil.

**Abstract:** The objective of this research is to understand, through the postulates “archeology”, “historicity”, “discursive practices”, “subject, knowledge and power”, Michel Foucault, some speeches of official and scientific slant on student movements occurred in 1968 and 1992 in Brazil, tracing relationships between them and the film “the Discreet Charm of the Bourgeoisie” by Luis Buñuel (1972).

**Keywords:** Foucault; Buñuel; Student movement.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS/UFSCar). Atua como educadora no SESC São Carlos. Contato: [primotta@hotmail.com](mailto:primotta@hotmail.com).

\*\* Professora Doutora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Coordenadora do Grupo de Estudos “Laboratório de Análise do Discurso da Imagem” (LANADISI/CNPq). Contato: [nagaspar@terra.com.br](mailto:nagaspar@terra.com.br).

## Introdução

Nas décadas de 60 e 70, os movimentos estudantis eclodiram no mundo todo. Foram anos propícios para a irrupção e manifestação desses acontecimentos, já que o mundo experimentava uma enorme revolução cultural. Todas as manifestações estudantis desse período perpassaram vários países do mundo e, no Brasil, não foi diferente. Em particular o ano de 1968 foi profundamente marcado por esses movimentos, pois foi um ano de verdadeiros exercícios democráticos por parte dos estudantes, mas também de muitos confrontos violentos entre eles e a polícia. Em 1992, 24 anos depois, vemos ressurgir as movimentações estudantis que tomaram as ruas clamando pelo *impeachment*, do então presidente Fernando Collor de Mello.

Vários textos, dentre outros os de cunhos midiáticos, científicos, culturais, religiosos, nas épocas citadas, veicularam estes acontecimentos, derivando disto, a possibilidade de podermos observá-los, tal como compreende Foucault (2008), no eixo de um tema discursivo: “os movimentos estudantis de 1968 e 1992 no Brasil”. Um desses textos foi o filme “O Discreto Charme da Burguesia”, do diretor cinematográfico Luis Buñuel, lançado em 1972. Embora seja um filme de ficção, um filme surreal, é possível observar nele enunciados discursivos (FOUCAULT, 2008) que revelam aspectos sobre o real dessa época.

Neste artigo o objetivo, assim, é concentrar em alguns discursos em torno de acontecimentos sobre os movimentos estudantis ocorridos nos anos de 1968 e 1992, no Brasil, ao se buscar encontrar relações entre eles e o filme “O Discreto Charme da Burguesia”, de Luis Buñuel (1972). Para tanto recorreremos a Michel Foucault (1999; 2006; 2008), tendo em vista alguns de seus apontamentos sobre: “arqueologia”, “historicidade”, “práticas discursivas”, “sujeito, saber e poder”.

Nosso olhar se iniciará sobre os acontecimentos dos movimentos estudantis no Brasil em 1968 e, depois, em 1992, demonstrando, através de enunciados discursivos, as dinâmicas de produção de sentido sobre como a identidade dos jovens estudantes têm sido enunciadas pelo governo e como sua divulgação tem grande validade na estruturação e conceituação desses sujeitos. Em outras palavras, pretendemos mostrar que as práticas discursivas enunciadas

por membros do governo, estabelecem-se e consolidam-se reiteradamente no meio social, para constituir a identidade do sujeito jovem estudante que atuou nos movimentos estudantis, tanto em 68 quanto em 92.

Depois disto, embora de modo sintético, traçaremos relações entre estes enunciados discursivos desses momentos históricos com o filme de Luis Buñuel.

Começemos por Foucault.

## **1 Apontamentos de Foucault sobre a arqueologia, historicidade, práticas discursivas, sujeito, saber e poder**

A preocupação central de Foucault destinou-se à compreensão sobre as condições de possibilidades dos sujeitos proferirem seus discursos. No posfácio de sua obra “A Arqueologia do Saber”, Foucault (2008, p. 242, grifos do autor) afirma:

Na verdade trata-se de descrever discursos [...]. Gostaria de mostrar que essas unidades formam domínios autônomos, embora não independentes; regrados, embora em contínua transformação; anônimos e sem sujeito, ainda que integrem tantas obras individuais [...]. Gostaria de revelar, em sua especificidade, o nível das “coisas ditas” sua condição de aparecimento, as formas de seu acúmulo e encadeamento, as regras de sua transformação, as descontinuidades que as escondem. O domínio das coisas ditas é o que se chama arquivo; o papel da arqueologia é analisá-lo.

Para Foucault (2008), a arqueologia remete à palavra escavação. “Arqueologia do saber”, portanto, são escavações sobre os saberes. Para ele, os saberes se dão a ver nas relações que pode ser estabelecidas entre os discursos de cunho científico com os não científicos, ou somente um ou outro. Nestas relações, há regularidades que os unem e em que se apreende o arquivo discursivo.

A análise de um arquivo discursivo não é propriamente histórica, no sentido da disciplina e teorias da História, mas se firma em historicidades. Ou seja, Foucault busca compreender qual o momento histórico em que os discursos estão inseridos, quais as condições físicas, sociais, políticas, que giram em torno de acontecimentos, os quais geram discursos, para que se entenda como

ocorrem as relações entre os acontecimentos. Isto só pode ser realizado por analistas atentos aos diversos discursos pronunciados, na época, por sujeitos distintos. Como aponta o teórico:

Se faço isso, é com o objetivo de saber o que somos hoje. Quero concentrar meu estudo no que nos acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas (FOUCAULT, 2006, p. 258).

Foucault (2008) esclarece que precisamos compreender o que possibilitou que aquilo fosse dito e não outra coisa, naquele lugar e tempo. Isto “significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2008, p. 50), pois há discursos que são interditados, interrompidos, cerceados, não divulgados, silenciados, derivando disto a necessidade da análise de diversos discursos em torno de acontecimentos.

As coisas ditas, para Foucault (2008), podem se constituir como um acontecimento discursivo. Tudo o que é dito tem suas possibilidades e circunstâncias históricas que lhe são próprias, requerendo, por isto, compreender os padrões que delineiam as condições de existência dos acontecimentos discursivos. Foucault propõe, então, regras, princípios que sustentam a análise de um arquivo discursivo, salientando que um conjunto de enunciados sustentam as formações discursivas, e que isto pode ser apreendido na análise de práticas discursivas que instauram os enunciados como acontecimentos.

A arqueologia do saber, assim, tem o propósito de compreender os discursos pronunciados por sujeitos e especificar o funcionamento de suas práticas discursivas. O saber é definido através das formações discursivas e é um dos focos centrais da pesquisa arqueológica, como segue:

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, isto é, deve compará-las, opô-las umas às outras na

simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não têm o mesmo calendário, relacioná-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral (FOUCAULT, 2008, p. 177).

O discurso, para este teórico, inicia-se, como “célula”, no enunciado:

De início, desde sua raiz, ele se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, 2008, p. 111-112, destaque do autor).

Podemos falar em discurso científico ou discurso religioso porque todos são compostos de uma série de enunciados que se concretizam como prática discursiva em torno de um determinado tema, gestado em acontecimento histórico e gerando acontecimento discursivo, depois de muitas vezes ditos, de diversos sujeitos e modos. Compreendemos, então, que são os analistas que traçam relações entre os discursos, observando-se as “práticas discursivas” pronunciadas e materializadas em textos. O discurso, portanto, é uma prática discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 133) “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Como ele diz:

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma

reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido - e nenhuma outra em seu lugar (FOUCAULT, 2008, p.124).

Para definir a função enunciativa, na concepção de Foucault (2008), é necessário reconhecer, na análise, o enunciado em que se insere a “série” (em que o enunciado reiteradamente aparece); o “campo associado”; o “sujeito” (que pode ser um ou vários), em suas “materialidades” que se apresentam em diversas manifestações de linguagens, como em imagens (fixas e em movimento), como em textos escritos e orais, desde que, haja uma regularidade enunciativa.

No que diz respeito ao sujeito de um enunciado, o teórico diz que ele

é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 2008, p. 105).

Os sujeitos produzem discursos, que se dão a ver em meio a relações de poder. Foucault compreende o sujeito na dinâmica discursiva, na troca entre subjetivação e objetivação. A primeira, a subjetivação, porque o sujeito assume posições que o legitimam a dizer algo, mas por estar inserido em um meio social em sua trama histórica ele é objetivado, no sentido de que alguns saberes serão por ele apreendidos e incorporados e irão compor ou não sua identidade, sua posição de sujeito. É possível perceber a posição do sujeito nos discursos nessas relações entre objetivação e subjetivação que, as quais apontam para a verdade de cada época, ou melhor, daquele momento específico em que tal discurso foi dito, foi pronunciado. Os efeitos de sentido entre essas relações “imiscuem”, em sua essência, portanto, relações entre saber e poder, criando e gerando verdades, materializadas pelos sujeitos, quando ele as enuncia. Quando alguém enuncia, deste modo, diz algo por si, mas também carrega vários posicionamentos de outros, que foram ditos naquele tempo.

A concepção de Foucault sobre sujeito e poder se insere em sua compreensão sobre o acontecimento discursivo, já que é por meio

das práticas discursivas que é possível perceber como ocorreram as práticas sociais, e também, de que modo o homem se constituiu como um sujeito no discurso.

No movimento da análise será possível compreender como foram constituídas certas práticas discursivas sobre os movimentos estudantis, iniciando pelo contexto da ditadura militar no Brasil e as manifestações estudantis de 1968.

## **2 Ditadura Militar no Brasil e movimentos estudantis- 1964/1968**

O golpe militar ocorrido no Brasil no dia 31 de março de 1964 pôs fim à caminhada em direção à democracia, que este país experimentava após a queda de Getúlio Vargas, em 1945.

Em contrapartida, os brasileiros se rebelaram, dentre outros modos, saindo às ruas em protestos, e neste momento, o governo percebeu a força de um dos movimentos que protestavam: a dos movimentos estudantis. A polícia, a mando dos militares, como diz Martins Filho reprimiu-os de forma extremamente violenta, com perseguições, prisões, tortura e assassinato.

No discurso que proferiu no quarto aniversário da “Revolução” de 1964, Costa e Silva faz menção indireta ao movimento estudantil: “eles pedem sangue, mas o país prosseguirá sem sangue porque não estamos com a ideia de violência” (MARTINS FILHO, 1996, p. 42, grifos do autor).

Um olhar atento aos acontecimentos que se referem aos estudantes politizados entre os anos 1964 e 1968 é significativo, para que possamos entender a participação dos mesmos em 1968. Isto porque antes do golpe de 1964 muitas manifestações estudantis já demonstravam a força estudantil, o que explica, em parte, a repressão aos mesmos depois do golpe.

Nos anos de 1960 a crise dos sistemas de ensino superior se agravava. Em 1964 o país possuía 39 universidades deficientes de vários recursos. Martins Filho (1996) explica que em 1945 foram 27.253 estudantes matriculados e em 1964 esse número subiu para 142.386. Em maio de 1962, houve uma greve, que fez parar as 40 universidades do país. Segundo Skidmore (1988), em 1967 fizeram vestibular 183.150 candidatos, e desses entraram 70.915 nas

universidades brasileiras. De 1964 a 1966 aumentou 12 por cento a quantidade de candidatos ao ensino superior, e em 1967 essa porcentagem subia para 48 por cento. Esse aumento do número de pessoas no ensino superior gerou expectativas na classe média. Em 1968 os estudantes gritavam por mais vagas nas universidades em suas manifestações, o que fez com que o governo se manifestasse contrário a isto, conforme se lê abaixo.

O governo Castelo Branco pressionou com êxito o Congresso para aprovar uma lei de novembro de 1964 (logo apelidada de “lei Suplicy de Lacerda”, nome do ministro da Educação e Cultura), criando uma nova estrutura de associações estudantis proibidas de engajar-se em atividades políticas (SKIDMORE, 1988, p. 151).

Podemos perceber o posicionamento do governo frente aos jovens estudantes no discurso do Presidente Castelo Branco, quando na Diretoria do Ensino Superior no V Fórum Universitário, ele diz:

**Natural que a mocidade estudantil, com os transbordamentos e os entusiasmos tão próprios da juventude, se sinta chamada para participar e influir nos rumos do país.** Por isso mesmo o dever dos que têm a seu cargo orientá-la e não deverá ser o de tentar sopitar-lhe os anseios, e sim fazer com que estes não sejam desviados para rumos perniciosos à própria vida universitária. E se aceno este pensamento é para não pairar dúvida quanto à posição do governo em face do movimento estudantil. Bem sei e isso é de vosso inteiro conhecimento. (BRANCO, 1964 *apud* SANTANA, 2007, p. 63, grifo nosso).

Este discurso, claramente disciplinar, enfatiza a posição de um sujeito que é jovem e estudante, e que não tem discernimento nem condições de tomar suas decisões, precisando de professores e do governo para orientá-los.

Os estudantes não se intimidaram frente a isso e protestavam contra a proibição e repressão que sofriam; unindo-se cada vez mais em torno de reuniões acordadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que incitava para diversos pontos como: para que os estudantes fossem contra a lei que tornaria as Universidades Federais pagas; por mais vagas nessas instituições; contra expurgos de professores universitários; e pela libertação de estudantes presos. Em contrapartida,

em 1966 a repressão e a vigilância policial nas Universidades aumentaram e vários conflitos se seguiram. Segundo Martins Filho (1996), no dia 22 de setembro deste ano houve o “Dia Nacional de luta contra a Ditadura” na Faculdade de Medicina, culminando com a invasão da polícia militar e extrema violência contra os estudantes.

No ano de 1968 muitos protestos eclodiram, principalmente no Rio de Janeiro. No dia 28 de março deste ano, perto do *Campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no centro da cidade, havia um restaurante universitário apelidado de calabouço. Os estudantes fizeram uma manifestação para melhoria da alimentação e das instalações deste prédio. A polícia militar agiu com muita violência e morreu o estudante Edson Luis de Lima Souto, de 16 anos, com um tiro no peito disparado pela polícia. O corpo do estudante foi carregado até a Assembleia Estadual onde o corpo foi velado. No jornal “A Última Hora”, o colunista Arapuã (MARTINS FILHO, 1996, p. 01, grifos do autor) escreveu em seu artigo:

há um estudante morto. **Um tiro no peito de uma criança de 16 anos.** [...] Seus olhos ainda unidos da infância traziam reflexos da aurora que ele sonhava. Está morto. Um tiro no peito. **Tão criança,** uma bala no coração, **tão menino.**

O funeral foi acompanhado por uma multidão e a população se solidarizou com o fato. A missa de sétimo dia aconteceria no dia 04 de abril na Igreja da Candelária, realizada neste contexto:

No dia da cerimônia, a ex capital Federal amanheceu em clima de guerra. O próprio exército ocupou o centro, com ninhos de metralhadoras, carros de combate e ilhas de arame farpado. Na missa da manhã [...] À hora da saída, mesmo sem o pretexto de agitação estudantil, eclode a violência; uma carga de cavalaria da polícia militar atropela estudantes e populares. [...] A repressão as duas missas sintetizou a atitude do governo Costa e Silva diante do protesto estudantil (MARTINS FILHO, 1996, p. 20).

Passeatas em solidariedade a este ato de violência aconteceram em várias cidades do país. As manifestações estudantis naquele ano de 1968 não paravam. No dia 19 de junho o jornal “O Globo” publica a

seguinte nota intitulada “Exército alerta pais”, com uma declaração do Coronel Ovídio Abrantes:

O exército foi provocado e agredido num momento de absoluta serenidade quando outra não exercia se não a de mero expectador. Não aceitaremos provocações. Não queremos configurar como vítimas. Estamos dispostos a responder a violência [...] **os pais que não deixem seus filhos ser utilizados como ponta de lança dos aproveitadores.** Nas agitações não podemos distinguir ninguém (EXÉRCITO, 1968 *apud* PALMEIRA, [201?a], s/p, grifo nosso).

Em outra nota, o Coronel Ovídio Abrantes afirmou:

o objetivo dos comunistas e extremistas é fomentar os movimentos estudantis prevalecendo-se de algumas reivindicações de classe e pela provocação, envolver as autoridades para incompatibilizá-la com o povo (EXÉRCITO, 1968 *apud* PALMEIRA, [201?a]).

No dia 21 de junho uma manifestação tomou a cidade do Rio de Janeiro, e nela juntaram-se os estudantes em protesto, ou seja, uma população em choque com os eventos ocorridos nos dias anteriores. Este dia ficou conhecido como “Sexta Feira Sangrenta” e foi uma resposta à violência sofrida pelos estudantes que participaram de uma assembleia geral, na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

No dia 26 de junho de 1968 aconteceu no Rio e Janeiro o ato que ficou conhecido como “A Passeata dos Cem Mil”, a maior movimentação desde 1964. Vários líderes estudantis discursaram naquele dia, inclusive Vladimir Palmeira, os quais protestavam contra a violência policial. A manifestação fora autorizada pelo governo.

Em julho o Ministro da Justiça proibiu quaisquer tipos de protestos e passeatas no Brasil. O Conselho de Segurança Nacional apoiou a proibição, assim como o presidente Costa e Silva. Mas, as manifestações não pararam.

No final de agosto, na Universidade de Brasília, após várias manifestações, a polícia invadiu o *Campus* e prendeu alunos e professores:

Após os excessos policiais de agosto em Brasília, o congresso reforçou o clamor contra a violência da repressão [...] alguns dos estudantes envolvidos eram filhos de parlamentares e de funcionários

do governo (e até de militares). O mal já havia sido feito. As manifestações e a violência policial haviam exacerbado a tensão entre o executivo e o congresso (SKIDMORE, 1988, p. 156).

O senador Rui Palmeira, da UDN, partido do governo e pai do líder estudantil Wladimir Palmeira, falou sobre a prisão do filho, no dia 22 de agosto de 1968, no Plenário do Congresso Nacional:

ninguém lhes aprova a violência quando delas se valem, mas a ninguém é dado desconhecer-lhes a razão no pedir reformas que por tardarem os levam ao radicalismo. No mundo inteiro, em qualquer de suas bandas, **a juventude inquieta, apressada, aflita, impetuosa, imprudente, desdenha da comodidade, da riqueza, da tranquilidade, do que há de amável nos dias que antecedem aos 20 anos, para lutar menos por si do que por todos. E toma atitudes revolucionárias que eram românticas para as gerações mais velhas. Querem um mundo novo, que não definem, mas sentem** (PALMEIRA, 1968 *apud* PALMEIRA, [201?], s/p, grifo nosso).

No final do ano de 1968 com o Ato Institucional número 5 e o Ato suplementar número 38 [que punha o Congresso em recesso], a liberdade da população foi tolhida. Nos meses seguintes, conforme afirma Martins Filho abaixo, o Governo instituiu vários Atos Institucionais e Decretos solidificando um controle com mãos de ferro sobre os brasileiros.

Entre 1964 e 1968 a ditadura militar no Brasil avança e se consolida: em 1968, jogam-se todas as cartas para reverter sua marcha; no final do ano, com o ato institucional número 5, fecham-se com estrondo as portas a uma alternativa democrática (MARTINS FILHO, 1996, p. 27).

O discurso de que os estudantes que se manifestavam agiam influenciados por subversivos, em geral os do partido comunista, foi reiterado por várias pessoas do governo. Esse era um posicionamento bem marcado e repetido constantemente em várias falas. No entanto, como diz Martins Filho (1996),

o ensino pago e a despolitização da universidade foram apenas parcialmente implementados, graças à resistência estudantil. Na década de 1970, o modelo de escolas particulares foi o principal responsável pela expansão do ensino superior, que já em 1973 atingia 830 mil alunos. De um modo ou de outro, o movimento estudantil brasileiro de 1968 teve como uma de suas principais motivações a luta pela reforma universitária e a oposição à política educacional da ditadura (MARTINS FILHO, 1996, p 74).

O que se apreende é que nos dizeres do Coronel, do Presidente Castelo Branco de 1968, é o modo como o governo militar se pronunciou em relação aos acontecimentos dos movimentos estudantis. Nestes dizeres percebe-se o enunciado discursivo: “a desconsideração dos governos ditatoriais para com os posicionamentos dos jovens em suas manifestações políticas”. Os discursos solidificam a imagem de um jovem imaturo controlado por forças externas, como deixa claro o posicionamento do Coronel Ovídio Abrantes em nota aos pais: “os pais que não deixem seus filhos ser utilizados como ponta de lança dos aproveitadores”. O mesmo ocorre no discurso do Senador Rui Palmeiras ao defender as ações de seu filho, líder estudantil, justificando suas ações como ímpetos imprudentes de juventude:

a juventude inquieta, apressada, aflita, impetuosa, imprudente, desdenha da comodidade, da riqueza, da tranquilidade, do que há de amável nos dias que antecedem aos 20 anos, para lutar menos por si do que por todos. E toma atitudes revolucionárias que eram românticas para as gerações mais velhas. Querem um mundo novo, que não definem (PALMEIRA, [201?b], s/p).

Como se observa, os discursos do governo militar são paternalistas, como se estes “não adultos” precisassem de orientação, sob a força e o poder da punição. O Brasil viveu sob a ditadura militar por 21 anos, de 1964 a 1985.

Em 1992, os jovens voltam às ruas. Vejamos como isto ocorreu.

### **3 O movimento dos caras pintadas em 1992**

Em novembro de 1989 aconteceu no Brasil a primeira eleição direta para presidente, após o longo período de ditadura militar. O

candidato Fernando Collor de Mello vence as eleições no segundo turno, assumindo a presidência no dia 15 de março.

Em 15 de março de 1990, as primeiras denúncias contra Paulo Cesar (PC) Farias, tesoureiro da campanha de Collor começaram a surgir. Aparentemente PC Farias pedia dinheiro a empresários em troca de benefícios. Em maio de 1992 o irmão do então presidente denunciou PC Farias de ser “testa de ferro” do presidente, em negócios ilícitos. Em junho de 1992 o Congresso abriu uma CPI para investigar as denúncias de que PC Farias estaria envolvido no caso de criação de contas fantasmas enriquecidas com notas frias. Neste momento, o país foi inundado por manifestações a favor do *impeachment* do Presidente da República. No dia 11 de agosto de 1992 aconteceram passeatas em várias cidades do Brasil mobilizando 500 mil pessoas.

Estudantes vão às ruas pelo *impeachment*: com uma passeata de 10 mil pessoas segundo a polícia militar, uma nova geração estudantil revive ontem nas ruas de São Paulo. A atmosfera dos “anos rebeldes” desta vez pediam o *impeachment* do presidente Collor. Convocados pela UNE e pela UBES [...] no lugar dos uniformes militares e das barbas dos outros tempos, os estudantes adotaram novos símbolos, como o rosto pintado para a “guerra” (MENDONÇA, 1992, p. 1-6, destaques do autor).

No dia 13 de agosto de 1992 o presidente Fernando Collor de Mello fez um pronunciamento em rede nacional, pedindo apoio à população e que para tanto esta saísse às ruas vestindo verde e amarelo: “Que saiam no próximo domingo de casa com alguma das peças de roupa nas cores da nossa bandeira [...] que exponham nas suas janelas toalhas, panos, o que tiver nas cores da nossa bandeira. Porque assim nós estaremos mostrando onde está a verdadeira maioria” (MELLO, 2013, 3’40”). No dia 14 de agosto os “Caras Pintadas” saem às ruas em massa, vestindo preto e com mensagens pintadas nos rostos. A expressão: “caras pintadas”, assim, foi designada pela imprensa e se refere aos estudantes que realizaram passeatas em favor do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992: “Em sintonia com a **juventude** [...] o **movimento estudantil** pode se reorganizar e assumir seu papel político institucional (DIRCEU, 1992, p.1-3, grifo nosso). A redação do Jornal “A Folha de S. Paulo”, em 15 de agosto, fez uma crítica feroz às passeatas e publica

o seguinte artigo com o título: “Collorgate mobiliza até **estudentada inerte**” (REDAÇÃO DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO, 1992, p. 1-6, grifo nosso).

O Collorgate conseguiu mais uma façanha. Trouxe novamente às ruas os estudantes que nos últimos tempos mal conseguem se organizar e mobilizar contra as mazelas do seu cotidiano [...] para se ter uma ideia da política educacional da terra arrasada? ou arrasada? do governo Collor basta que se observe alguns números: reduziram-se em 26,4% o investimento em educação e os gastos com o setor representam apenas 2,4% do orçamento da União (mais baixos da década). [...] **UNE, UBES e outras entidades são tão fantasmas quanto os depositantes de PC Farias** (REDAÇÃO DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO, 1992, p. 1-6, grifo nosso).

Em uma entrevista cedida ao Jornal da Rede Globo, no dia 24/08/1992, o porta-voz do governo, Etevaldo Dias, falou sobre as passeatas:

O governo vê essas manifestações de rua como uma manifestação democrática, da democracia, **os jovens nas ruas** [...] Só vamos nos preocupar se estas manifestações forem para as periferias e se transformarem realmente numa insatisfação do povo e não **de estudantes de classe média apenas** (DIAS, 2013, s/p, grifo nosso).

No dia primeiro de setembro a Câmara dos Deputados recebe o pedido de *impeachment*. No dia 25 calculou-se que aproximadamente 850 mil “caras pintadas” estiveram no vale do Anhangabaú-SP para pedir o *impeachment* do presidente Collor. Em todo país ocorreram várias passeatas. Sobre tais passeatas, o Jornal “A Folha de S. Paulo” reiterou em dois artigos, que estas foram uma movimentação de jovens ressaltando a inocência e a infantilidade destes sujeitos.

A desorganização foi tanta que, ao final parte do cortejo seguiu para a Praça da Sé e parte para o Vale do Anhangabaú. Os da Sé foram informados que erraram e se dirigiram ao Anhangabaú. Chegaram com meia hora de atraso e **lá ficaram a espera do ato seguinte promovido por adultos** que começou por volta das 17h00 (REPORTAGEM LOCAL DO JORNAL *Folha de S. Paulo*, 1992, p. 1-1).

Suspeita-se que alguns manifestantes, que não arredam o pé da frente do palanque, sejam contratados por políticos em campanhas. Um tom oficial entra em choque com a **espontaneidade juvenil. Ratazanas da política procuram aproveitar de manifestantes ingênuos** (PAIVA, 1992, p.1-10, grifo nosso).

No dia 29 de setembro a Câmara dos Deputados aprovou o *impeachment*, com 441 votos a favor e 38 contra. No jornal da rede Globo de televisão, o jornalista Pedro Bial atestou: “a campanha pelo *impeachment* revelou uma nova espécie política no Brasil, os Caras Pintadas” (BIAL, 1992, 20’45’’). Após o afastamento de Collor por 180 dias, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência no dia 02 de outubro de 1992. Collor renunciou no dia 29 de dezembro, mas mesmo assim teve seus direitos cassados por oito anos. A Procuradoria Geral da República denunciou Collor por corrupção passiva. O processo foi aberto em 1993. Em 1994 Fernando Collor de Mello foi inocentado pelo Supremo Tribunal Federal. Em 2006, Collor foi eleito senador pelo Estado de Alagoas, cargo no qual permanece até hoje.

Em 1992, os movimentos estudantis foram pacíficos, em relação aos de 1968, com pouquíssimos relatos da imprensa de violência, por parte da polícia. O discurso da imprensa era o de que os estudantes eram alienados e as passeatas ocorriam com festas, músicas, bebidas e muito flerte. O governo reiterava o enunciado de que os estudantes não representavam uma classe significativamente importante que exigisse um olhar mais atento. Todos os discursos sobre a participação dos jovens estudantes na vida política como: a identidade de “desligados”, os individualistas, os que tinham interesses apenas em sua própria ascensão social e sem o menor interesse na participação política do país, são novamente reforçados.

Até o momento, tanto nos discursos pronunciados em 68 como nos de 92, percebemos um discurso que se repete nos referidos anos, de que os sujeitos jovens e estudantes estão apenas exercitando, através dos movimentos estudantis, seus ímpetos de juventude, movidos por uma energia que lhes é própria, uma energia bruta e livre que pode ser explorada e beneficiar vários outros discursos, derivando disto o enunciado discursivo “a desconsideração dos governos ditatoriais para com os posicionamentos dos jovens em suas manifestações políticas”.

O uso da repressão destes sujeitos estudantes, pela força e poder, no caso, policial, é percebida como uma forma de educação paternalista, impondo limites e apontando o caminho “certo”. As passeatas são encaradas como uma brincadeira onde os participantes exercitam como é “ser adulto” e responsável, mas sem uma voz e opiniões formadas. Contudo, percebe-se, por meio da compreensão de Foucault (2008) sobre sujeito discursivo, saber e poder, que nos discursos de quem está no governo, essas relações ocorrem através de tecnologias de subjetivação e objetivação, uma vez que esses discursos estão construindo esses sujeitos e formando opiniões públicas específicas sobre os jovens estudantes.

A seguir, veremos de que modo, os filmes também se pronunciaram sobre estes acontecimentos dos movimentos estudantis, tendo em vista a análise enunciativa de uma sequência do filme “O Discreto Charme da Burguesia” de Buñuel (DISCRETO, 1972).

#### **4 Buñuel em “O Discreto Charme da Burguesia”**

Luis Buñuel ficou exilado de seu país por 24 anos durante a ditadura Militar do General Francisco Franco, na Espanha e, ele conhecia bem as mazelas de um regime ditatorial.

O filme “O Discreto Charme da Burguesia” foi realizado em 1972, em Paris. A obra trata de um grupo de seis amigos burgueses, entre eles um embaixador de um país fictício sul americano, que vive situações surrealistas e extravagantes enquanto tentam jantar juntos, sem conseguirem realizar este intento. O prisma central da trama gira em torno de um embaixador, suas ações ilegais e corruptas e o fato de que ele é constantemente ameaçado por pessoas que o querem sequestrar, pelos “terroristas”, como assim ele os chama, sendo que estes são personificados na figura de uma jovem.

É possível perceber as constantes relações entre enunciados discursivos fílmicos e as situações reais acontecidas em países sul americanos, que viviam naquela época regimes ditatoriais, como os expostos anteriormente. Luis Buñuel, em sua narrativa, aponta indícios e menção aos movimentos estudantis, à tortura, à violência, à corrupção, e à influência da teoria comunista sobre os “terroristas” exemplificando bem a situação vivida pela população brasileira, nas décadas de 70.

Um desses enunciados se efetiva quando um sujeito que ocupa a função de um cargo importante no governo, um embaixador, no país de Miranda (país fictício da América do sul), faz uma série de enunciações sobre os estudantes, afirmando sua posição contrária aos mesmos. Sua fala deixa claro o posicionamento do governo sobre os jovens e o movimento estudantil, como podemos ver na sequência fílmica 01h07'48" (DISCRETO, 1992), em uma conversa entre o embaixador e alguns de seus convidados:

Convidado 1 - Notícias de Miranda? Como está a situação lá?

Embaixador - Bastante calma

Convidado 1 - E as guerrilhas?

Embaixador - Ainda restam alguns, fazem parte de nosso folclore

Convidado 2 - Alguns probleminhas com os estudantes?

Embaixador - **Os estudantes são jovens. Precisam se divertir.**

Convidado 3- Qual o comportamento do seu governo em relação a isso?

Embaixador - **Não somos contra os estudantes. Ao contrário. Mas, o que se pode fazer quando se tem um quarto invadido por moscas? Pega-se um mata moscas e pá pá...( faz um gesto de matar moscas).**

Convidado 3- Mais moscas.

Por esta sequência fílmica podemos observar novamente o enunciado discursivo, dito, agora, na voz de um sujeito embaixador "a desconsideração dos governos ditatoriais para com os posicionamentos dos jovens em suas manifestações políticas" e, com isto, reiterando profundamente um discurso de infantilização dos jovens, quando de suas manifestações contra os governos ditatoriais.

### **Considerações finais**

Esta análise não se propôs a fazer um estudo sobre os movimentos estudantis, mas antes tentar compreender quais as relações entre os movimentos estudantis do ano de 1968 durante a ditadura militar no Brasil e os de 1992 (Caras Pintadas), buscando-se encontrar relações entre eles e o filme "O Discreto Charme da Burguesia", de Luis Buñuel (1972).

Essas relações foram percebidas nos elementos enunciativos verbais, de sujeitos que se encontravam no governo sobre os sujeitos jovens estudantes, e demarcados por nós nas três análises como: “a desconsideração dos governos ditatoriais para com os posicionamentos dos jovens em suas manifestações políticas”.

Os sujeitos destacados nesta análise, os jovens estudantes retratados na mídia dos movimentos estudantis de 1968 e de 1992 e no discurso fílmico de Luis Buñuel no filme “O Discreto Charme da Burguesia”, apresentam algumas diferenças no que diz respeito ao contexto histórico em que ocorreram os acontecimentos de cunho político.

Nos anos 60 a economia estava em plena expansão, a demanda por profissionais com diploma criou uma classe média ansiosa pela possibilidade de ascensão social, sendo que a busca por vagas em universidades crescia a cada ano. Os jovens de 1968 viviam em um contexto de revolução cultural, mudanças radicais nos costumes além de um governo ditatorial. Este momento gerou uma necessidade de ações, por parte dos jovens fora das instituições oficiais de práticas políticas (centros acadêmicos estudantis, Partidos Políticos, Congresso), que culminaram em outras opções de resistência, as de se juntar às entidades clandestinas como a UNE ou partidos políticos ilegais e sair às ruas fazendo reivindicações.

Já os sujeitos jovens estudantes dos anos 90 estavam experimentando um processo de redemocratização que o país vivia intensamente, com conquistas como o direito ao voto direto e a diminuição da idade para votar (de 18 anos para 16 anos). As instituições políticas estavam em pleno funcionamento, os centros acadêmicos estudantis legalizados, partidos políticos agindo livremente, o Congresso estava funcionando. Enfim, não havia de maneira concreta, o que reivindicar, levando movimentações às ruas.

Em Buñuel encontramos o Embaixador de Miranda que revela os mesmos discursos proferidos pelo governo em 1968 e 1992, reiterando o enunciado que reflete o pensamento de que os jovens não são pessoas inteiras, estão em formação, são altamente influenciáveis, precisam de orientação, não são adultos, ou mesmo, tratando-os como “moscas”, ínfimos insetos e, devido a isto, não devem ser levados a sério.

Os jovens estudantes desta análise, portanto, foram caracterizados por meio de práticas discursivas daqueles que estão na posição de comando, do governo. Estes últimos generalizam a posição dos estudantes, nos três casos analisados, formulando uma identidade imatura em relação à sua posição social ou alegando imaturidade, incapacidade de compreensão dos fatos ou falta de discernimento dos atos, seja pela violência ou pela alegria nas passeatas.

A noção de sujeito para Foucault fez-nos buscar relações que envolvem os saberes com poderes. Percebemos os poderes, assim, nas práticas de subjetivação e objetivação criadas pelos mecanismos e tecnologias evidenciadas nos dizeres proferidos pelos sujeitos pertencentes ao governo, no que se refere aos sujeitos jovens estudantes quando apontam sua infantilização, dependência, imaturidade, impulsividade e energia.

O Saber produzido pelos discursos dos que estão no governo, vem carregado de outros dizeres como a noção de juventude, que é uma criação social recente. É um discurso legitimado, mas não produz verdades inquestionáveis. Esses discursos influenciam a produção de subjetividades e identidades do que é ser jovem, uma vez que produzem saberes que direcionam e definem esses sujeitos jovens estudantes.

O que permite uma compreensão mais específica desses discursos não está na verdade que os sedimenta, mas no entendimento de que acontece através das regularidades e dispersões que estão na base de sua estruturação. Daí a importância de compreender a produção discursiva pelo viés das continuidades e descontinuidades históricas.

## Referências

- BIAL, Pedro. Arquivo N - *Impeachment de Fernando Collor*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t9GvefCDQjo>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- DIAS, Etevaldo. *Jornal da Globo Impeachment Collor 1992*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=aWysjQhhzVs>>. Acesso em: jul. 2013.

DIRCEU, José. Desafios e “pecados capitais”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 de ago. 1992. Primeiro Caderno, p. 1-3. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1992/08/15/2//4776211>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

DISCRETO *Charme da Burguesia*. Direção: Luis Buñuel. Produção: Serge Silberman. Intérpretes: Fernando Rey, Paul Frankeuneur, Delphine Seyrig, Jean-Pierre Cassel, Stéphane Audran, Michel Piccoli, Bulle Ogier, Julien Bertheau, Milena Vukotic, Maria Gabliella Maione, Claude Pieplu, Muni François Maistre, Pierre Maguelon, Maxence Mailfort. [S.l.]: Dean Film; Greenwich Film Production, Jet Film S.A. 1972. 1 DVD (102 min), color., 35 mm

EXÉRCITO não permitirá arruaças estudantis. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 20 jul. 1968. Geral. p. 12. Disponível em: <[http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968\\_3.html](http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_3.html)>. Acesso em: 10 jul. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organizador e Tradutor: Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. *Estratégia saber e poder*. Coleção: Ditos & Escritos v. VI. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MARTINS Filho, João Roberto. *A Rebelião Estudantil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987

MELLO, Fernando Collor de. *Pronunciamento televisivo em rede nacional, no dia 13.08.1992*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=eKky7ZpXxU4>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MENDONÇA, Marcelo. Estudantes vão às ruas pelo impeachment. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 de ago. 1992. Primeiro Caderno, p. 1-6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1992/08/12/2//4774913>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

PAIVA, Marcelo Rubens. O vaivém das décadas de 60, 70 e 90. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de set. 1992. Primeiro Caderno, p. 1-10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1992/09/19/2//4925729>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

PALMEIRA, Vladimir. Período sangrento. *Ano 1986*. [201-?a]. Disponível em: <[http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968\\_3.html](http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_3.html)>. Acesso em: 10 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. A efervescência da luta estudantil. *Ano 1986*. [201-?b]. Disponível em: <[http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968\\_5.html](http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_5.html)>. Acesso em: 10 jul. 2013.

REDAÇÃO do Jornal Folha de S. Paulo. Collorgate mobiliza até 'estudantada' inerte. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de ago. 1992. Primeiro Caderno, p. 1-6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1992/08/12/2//4774913>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

REPORTAGEM local do Jornal Folha de S. Paulo. A primeira passeata a gente nunca esquece. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de ago. 1992. Caderno de Domingo, p. 1-1. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1992/08/26/390//4790850>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SANTANA, Flávia de A. *Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964-1984*. 2007. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Campinas: Paz e Terra, 1988.

*Recebido em 14/09/2013*

*Aceito em 15/11/2013*